



NOTA POLÍTICA

Repúdio à Reforma Administrativa da Câmara dos Deputados

A Reforma Administrativa (PEC-32/2020), de autoria do governo Bolsonaro, voltou ao centro dos debates das reformas neoliberais, agora pautada pelo “Centrão” e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Em essência, ela desagrega o conjunto do Estado (federal, estadual e municipal), restringe e privatiza serviços e desmonta o funcionalismo público, tendo em vista diminuir os gastos públicos com serviços e servidores públicos, e transferir recursos via dívida pública para o capital financeiro e empresários corruptos. Centrais, fóruns e entidades sindicais estão se mobilizando e cobrando posição firme do governo Lula contra a PEC 32, pois poderá ser levada à votação no plenário da Câmara a qualquer momento.

Lembremos, foram os serviços e servidores públicos, no contexto dos ataques e destruições promovidos na esfera pública e nos direitos sociais coletivos por parte dos governos Temer e Bolsonaro, que impediram que as relações sociais mergulhassem num processo incontrolável de desagregação social e corrupção, em especial na conjuntura da pandemia.

A PEC 32 foi aprovada pela Comissão de Constituição & Justiça (CCJ) e pela Comissão Especial agora aguardando “avaliação” do plenário da Câmara dos Deputados. O texto atual, partindo da afirmação burguesa e neoliberal de que o Estado pode sobreviver com menos investimentos públicos e de que ele tem que estar submetido a um teto de gastos, propõe: submissão do serviço público e seus servidores ao arrocho fiscal; regulamentação e consolidação da lógica dos contratos temporários para trabalhadores no setor público, permitindo validade de até dez anos para essa modalidade de contratação; consolidação de mecanismos de cooperação entre o setor público e a iniciativa privada, promovendo o avanço da lógica privatista e terceirização sobre a administração pública; redução salarial do funcionalismo público em até 25% em face de crises fiscais do Estado.

Para além de promover o avanço da terceirização na administração pública, restringir concursos públicos a alguns poucos setores, prejudicar o vínculo dos trabalhadores com a administração pública e, em última instância, piorar a qualidade dos serviços prestados pelo Estado, a PEC também concorre para facilitar o desvio de verbas públicas para a iniciativa privada e o desenvolvimento de práticas de corrupção.

Em resumo, esta Reforma Administrativa expressa a lógica do capital, do Estado mínimo, da terceirização e da privatização dos serviços públicos. Também expressa uma característica típica do Estado autocrático-burguês, qual seja a manutenção de uma tecnocracia bem remunerada e protegida de qualquer controle social, entre outros, formada por magistrados, promotores, procuradores de justiça e militares,

funcionando como “anel burocrático de Estado” (função articuladora entre a elite política burguesa e o grande capital), que opera em favor da preservação das estruturas e dinâmicas hegemônicas sobre as quais a formação social se encontra estabelecida, da restrição da participação da classe trabalhadora e das camadas populares no fundo público por meio de serviços sociais de qualidade e da penalização do restante do funcionalismo com congelamentos e arrochos salariais.

O **Fórum Goiano em Defesa de Direitos, da Democracia e Soberania** exigem que o governo Lula retire a proposta de tramitação do Congresso Nacional. O fato de o texto ter superado as fases iniciais de avaliação na Comissão de Constituição & Justiça e na Comissão Especial, e a Câmara estar fortemente marcada pelo *lobby* do grande capital diretamente interessado na sua aprovação, torna-se fundamental que o governo tenha posição clara de não aprovação da PEC 32.

O **Fórum Goiano** também se contrapõe ao encaminhamento da Reforma Administrativa neoliberal paulatinamente, por meio de Projetos de Leis (PLs) e reafirma que o tema dos serviços e servidores públicos não pode se restringir a discussões que envolvam apenas Ministérios que se ocupam com a suposta “modernização do Estado”. Centrais sindicais, demais fóruns e entidades sindicais nacionais e regionais devem fazer parte das discussões como parte diretamente interessada e defensora dos direitos coletivos difusos expressos na democratização de acesso aos serviços públicos.

O **Fórum Goiano** defende o Estado como instrumento de desenvolvimento econômico-social, com uma administração pública desprivatizada e profissionalizada, capaz de implementar políticas sociais públicas e universal. Um modelo de gestão pública que se articule na base de recursos econômicos condizentes ao atendimento das demandas da população por políticas públicas, de condições de trabalho e salariais dignas para o funcionalismo público e da estabilidade no emprego do servidor. Por fim, defende a imediata recomposição do funcionalismo público através de concursos para o preenchimento de dezenas de milhares de vagas que desfalcam órgãos e instituições, impedindo-os de cumprir as funções sociais para as quais foram criados.

Fórum Goiano em Defesa de Direitos, da Democracia e Soberania

